

Legislativo Federal

Reforma tributária é aprovada no Senado



Braga, durante a sessão deliberativa no plenário do Senado – 12/12/2024

O plenário **Senado Federal** aprovou na quinta-feira, 12/12, o [PLP 68/2024](#), que **regulamenta a reforma tributária** sobre o consumo. O relator, **Eduardo Braga (MDB/AM)**, acolheu mais de 600 emendas à matéria, que traz avanços significativos e complementares ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados em julho, deste ano.

Entre as principais melhorias, destacam-se a adoção de regime de transição de longo prazo, redução e uniformização das alíquotas, com destaque para construção civil, loteamento, incorporação, administração e intermediação de imóveis, que terão alíquotas de 50%, e a locação, de 70%. Também foram incluídos redutores de ajustes sociais de até R\$ 100.000 por imóvel e R\$ 30.000 por lote, além de um valor de R\$ 600 para locação. Outro ponto importante é a inclusão de redutores e descontos para itens como ITBI, outorga, entre outros.

O **Secovi-SP** destaca a interlocução do setor imobiliário com o Executivo e o Legislativo ao longo da tramitação do projeto no Senado. A entidade também reconhece o trabalho do relator, senador Eduardo Braga na condução dos trabalhos.

Em entrevista coletiva, após a sessão deliberativa, o presidente da Casa, senador **Rodrigo Pacheco (PSD/MG)**, afirmou que os senadores cumpriram seu papel e entregaram uma regulamentação da reforma tributária “possível”.

“Um dia muito relevante e importante para o Senado e para o Brasil. Longe de ser uma reforma perfeita, mas foi a reforma possível e uma boa reforma tributária no Brasil, depois de mais de três décadas de luta no Congresso Nacional”, destacou Pacheco.

A proposta volta para a Câmara, para análise final dos deputados. “O presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP/AL), deverá pautar o projeto na próxima semana”, disse Pacheco.

Até o fechamento desta Edição, a redação final do Senado ainda não estava disponível.

SUMÁRIO

Reforma tributária é aprovada no Senado - p. 1

Alesp aprova obtenção de empréstimos para Trem Intercidades - p. 2

Câmara Municipal avança com ajustes urbanísticos - p. 3



Rodrigo Pacheco (PSD/MG), presidente do Senado Federal

Legislativo Estadual

Alesp aprova obtenção de empréstimos para Trem Intercidades

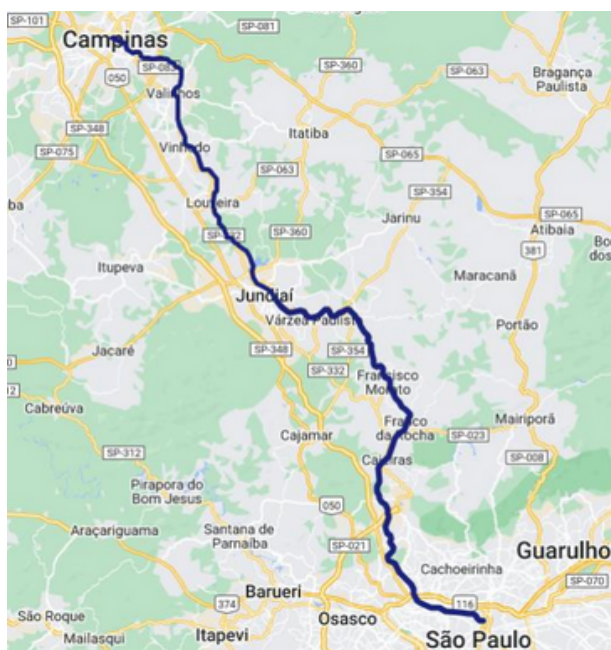
A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou na quarta-feira, 11/12, o [PL 855/2024](#), de autoria do governador, que autoriza o Executivo estadual a **contratar operações de crédito para o aportar em contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP), para a realização de obras do Metrô e do futuro Trem Intercidades.**

No Metrô, o governo poderá contratar empréstimos para o financiamento da expansão da Linha 4-Amarela, no valor de até R\$ 2,2 bilhões; e para a conclusão da Linha 6-Laranja, com aportes de até R\$ 2,26 bilhões.



André do Prado, presidente da Alesp, durante a sessão de votação - 11/12/2024

Já na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o Executivo fica autorizado a contratar empréstimos para modernização e expansão dos serviços das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, no valor de até R\$ 3 bilhões. Além disso, o projeto aprovado também autoriza a ampliação e otimização das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda.



Extensão operacional do Trem Intercidades - Eixo Norte

Para o financiamento do futuro Trem Intercidades - Eixo Norte, que teve a construção aprovada pela Alesp e que irá ligar a cidade de São Paulo a Campinas, o governo fica autorizado a buscar empréstimos no valor de até R\$ 3,28 bilhões. A primeira tranche da operação de crédito destinada ao projeto, no valor de R\$ 3,2 bilhões, já está em tramitação junto ao governo federal.

O Executivo poderá contratar mais empréstimos junto a instituições e bancos privados nacionais ou internacionais e agências de fomento. A aplicação dos valores e o acompanhamento das obras é de responsabilidade da Secretaria de Parcerias e Investimentos do Estado.

O [projeto de lei](#) aguarda a sanção do governador.

Informações do projeto

O [Trem Intercidades \(TIC\) Eixo Norte](#) vai ligar a Capital a Campinas por linha férrea, por um trajeto de 101 km, entre o terminal da Barra Funda, Jundiaí e Campinas, com duração de 64 minutos e três estações. Também haverá o Trem Intermetropolitano (TIM), entre Jundiaí e Campinas, com 44 Km de extensão, com duração de 33 minutos e com cinco estações. O projeto conta ainda com a concessão da Linha 7-Rubi da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), entre Barra Funda e Jundiaí, com tempo de viagem de 61 min e 17 estações.

Legislativo Municipal

Câmara Municipal avança com ajustes urbanísticos



Sessão Plenária da Câmara Municipal de São Paulo - 10/12/2024

Nesta semana, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou projetos importantes para o planejamento urbano e viário da cidade.

Na terça-feira, 10/12:

- Em 2ª discussão, o plenário aprovou em votação simbólica do texto substitutivo do governo ao [PL 574/2024](#), que prevê adequações viárias na avenida Aricanduva, na zona leste da cidade, para a implementação do BRT (Bus Rapid Transit) – sistema de ônibus que opera em faixas exclusivas e com a capacidade de oferecer mais rapidez no trânsito. A proposta segue para sanção do governo.

- Em 1ª discussão, com 33 votos favoráveis e 13 contrário, os vereadores aprovaram o [PL 827/2024](#), que trata do **Plano Municipal de Desestatização (PMD)**. O texto disciplina sobre a concessões de bens públicos a iniciativa privada, com o objetivo de promover melhorias da ambiência urbana, acessibilidade, zeladoria e segurança; combater a subutilização dos espaços públicos e, conseqüentemente, potencializar de uso para as mais diversas atividades; e fomentar o crescente fenômeno de ocupação dos espaços públicos.
- Em 1ª discussão, na forma do texto inicial, o [PL 521/2018](#), de autoria do vereador Rodrigo Goulart (PSD) foi aprovado com 37 votos favoráveis e 2 contrários. A matéria altera o mapa 1 da Lei de **Zoneamento da capital paulista para incluir uma área localizada na Avenida Pacaembu**, na região de Perdizes, zona oeste da cidade, como ZCor-2 (Zona Corredor). A matéria volta para 2ª discussão. Agora, a proposta voltará a ser debatida nas audiências públicas de segunda-feira, 16/12, às 14h, e na quarta-feira, 18/12, às 10h, na Câmara Municipal.

Na quarta-feira, 11/12:

- Em 1ª discussão, foi aprovado no plenário o [PL 836/2024](#), proposto pelo Executivo, a matéria altera a Lei nº 15.997/2014, que trata da política municipal de **incentivo a uso de carros elétricos** ou movidos a hidrogênio, para restringir os benefícios previstos apenas a veículos exclusivamente elétricos entre o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028. A matéria será debatida em audiências públicas nesta sexta-feira, 13/12, às 10h, e na quarta-feira, 18/12, às 10h, na Câmara Municipal, antes de ser votada em 2ª discussão no plenário.
- Também em 1ª discussão, com votação simbólica, a proposta de autoria do Executivo, o [PL 837/2024](#), quer modificar a Lei nº 17.254/2019 para autorizar a Prefeitura contratar **operações de crédito** para financiar a execução de projetos de investimento no município de São Paulo na ordem de R\$ 2,5 bilhões, que destinará para complemento de investimentos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2026-2029, em áreas como habitação, mobilidade urbana, inovação e tecnologia, drenagem e projetos relacionados a mudanças climáticas. A matéria será debatida em audiências públicas nesta sexta-feira, 13/12, às 10h, e na quarta-feira, 18/12, às 10h, na Câmara Municipal. Assim, restará ser votada em 2ª discussão no plenário antes da sanção.



Milton Leite (União), presidente, durante a sessão plenária da Câmara Municipal - 11/12/2024

Próximas discussões na CPU



Plenário da Câmara Municipal, durante audiência pública da CPU

Na próxima segunda-feira, 16/12, às 14h e 15h, **Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (CPU)** realizará audiência pública para discutir os projetos de lei:

- [PL 801/2024](#), que prevê alterações no PIU Central. De iniciativa da Prefeitura, a proposta prevê a regularização de imóveis localizados na região do centro da capital paulista, além de permitir que estabelecimentos comerciais possam alugar estacionamentos até 300 metros de distância. A matéria deve receber texto substitutivo antes da sua última votação, no plenário da Casa.

- [PL 799/2024](#), de autoria do Executivo, que prevê a ampliação do **aterro sanitário da CTL (Central de Tratamento Leste)** e a inclusão de um incinerador na criação do Ecoparque Leste região de São Mateus. Esta será o 5º debate sobre a proposta. Na última audiência, realizada em 10/12, foram apresentadas três emendas à proposta, duas de autoria do vereador Rubinho Nunes (União) e uma do vereador Isac Felix (PL): prorrogação dos Projeto de Intervenção Urbana (PIUs) Arco Tietê e Arco Leste até o final de 2025; extensão do prazo para o protocolamento junto à Lei da Regularização das Edificações também até o final do ano que vem; e alterações de trechos específicos da Lei de Zoneamento envolvendo as Zonas Exclusivamente Residenciais (ZER). A matéria voltará a ser debatida em audiência pública na terça-feira, 17/12, às 11h, na Câmara.

Veja [aqui](#) o calendário completo de discussões.